

A pressuposição em manchete e a leitura crítica em foco

Roberto Perobelli¹
Bianca da Silva Correia²

RESUMO: Neste artigo discutimos a respeito do uso da pressuposição em um conjunto de manchetes de um jornal de grande circulação nacional e fazemos considerações sobre a importância do estudo desse fenômeno para formação do leitor crítico. Neste sentido, com base em estudos semânticos de abordagem referencial (CANÇADO, 2012), apresentamos uma classificação de acionadores de pressuposição nas manchetes principais da capa do Jornal Folha de S. Paulo referente aos primeiros 30 dias da pandemia de COVID-19, com a finalidade de ampliar as possibilidades de posicionamento crítico diante de um texto (KLEIMAN, 1989; 1995; 2008; STREET, 2014), considerando seus contextos e ferramentas de produção, por se tratar de um requisito importante para o aprimoramento das práticas de letramento em contexto escolar. Os resultados apontam que as diferentes formas de acionamento dos pressupostos podem influenciar na formação de um leitor capaz de entender como o texto dialoga com seus conhecimentos prévios

PALAVRAS-CHAVE: Pressuposição. Leitura crítica. Folha de S. Paulo.

1 Professor do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (DLL/PPGEL/UFES), email: robertoperobelli@gmail.com;

2 Graduada em Letras Português pela Universidade Federal do Espírito Santo, email: biancacorreia.s@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Nos meses de setembro e outubro de 2020, enquanto estava em curso a corrida eleitoral para as prefeituras de todo o país, o jornal Folha de S. Paulo publicou duas manchetes com conteúdo semelhante. Tratava-se de correções sobre informações financeiras de candidatos à prefeitura de São Paulo. Entretanto, a escolha dos verbos para cada manchete não pareceu arbitrária, e colocou em xeque a isenção editorial do veículo. A manchete principal, de capa, no dia 23 de setembro era: “Felipe Sabará, do Novo, retifica declaração de bens e passa de R\$ 15 mil para 5 milhões”. Já no dia 22 de outubro de 2020, quase um mês depois, outra manchete, dessa vez fazendo referência ao candidato Guilherme Boulos, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), apresentou a seguinte manchete: “Confrontado, Boulos corrige patrimônio após omitir conta à Justiça Eleitoral; candidato diz ter R\$ 589,53 no banco”.

As duas manchetes colocadas lado a lado demonstram que as escolhas feitas pelo jornal não são arbitrárias, e a seleção de palavras para cada manchete aqui citada pode produzir interpretações distintas. Sobre Felipe Sabará, fica a impressão de que ele fez, por iniciativa própria, uma “retificação” (e não uma “correção”, o que nos levaria, inclusive, a levantar um questionamento acerca do conceito de sinonímia). No entanto, de acordo com o que se informa no interior da matéria, a alteração no informe do patrimônio foi feita em razão de Sabará ter sido confrontado pelos colegas de partido a declarar valor mais alto, já que o então candidato é herdeiro de um grupo de cosméticos que teve faturamento de R\$ 200 milhões nos dois anos anteriores ao ano eleitoral. Com relação a Guilherme Boulos, o uso do verbo “confrontado” dá a entender que o candidato, diferentemente do outro, só fez a correção por conta de uma investigação realizada pela Folha de S. Paulo. Em outras palavras, comparadas as manchetes, uma pode levar o leitor a entender que a correção teria sido apenas por um descuido, e a outra, de que teria sido por má-fé do candidato (VISCARDI, 2020). No interior das reportagens antecedidas por essas manchetes, contudo, não é nesses termos que as retificações dos candidatos são tratadas.

Com esses exemplos, podemos discutir os problemas relacionados à interpretação de texto a partir de diferentes perspectivas teóricas. As dificuldades poderiam ser respondidas em larga medida a partir da complexidade envolvida na habilidade de se identificar implícitos em um texto. Essa habilidade costuma ser investigada com grande preocupação, e uma das razões apontadas costuma ser a falta de leitura de base sobre certos assuntos. O que se esperaria, para pessoas entre 15 e 20 anos, que compusesse o chamado conhecimento de mundo relacionado a temas cotidianos como política, saúde, educação e economia, entre outros, na verdade, não tem mais composto esse quadro de expectativas, e essa talvez seja uma das razões pelas quais a interpretação de textos seja atestada no Brasil, tanto

por sistemas de avaliação da leitura em larga escala nacionais (como a Prova Brasil³, por exemplo), quanto em sistemas internacionais (como o Pisa⁴).

A escolha de um conceito da semântica para investigar essas questões se dá por entender que os implícitos podem ser uma grande barreira para a leitura crítica quando não são reconhecidos. Portanto, este artigo visa a observar o uso de pressupostos em um número restrito de manchetes jornalísticas, classificá-los, e discutir a importância desse tema tanto para os estudos em semântica, quanto para a abordagem de um conceito semântico em atividades voltadas para a sala de aula. Nosso ponto de partida é o conceito semântico de pressuposição, mas nosso alvo é formação do leitor crítico.

O ensino de Língua Portuguesa no Brasil atual é regido por uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ampla que engloba inúmeros temas de estudos relacionados ao uso da língua. Todavia a amplitude proporcionada pela BNCC esbarra nas múltiplas dificuldades que o sistema de ensino brasileiro enfrenta, e alguns tópicos importantes para formação do leitor são colocados em segundo plano, ou mesmo ignorados, tornando-se um ponto de discussão que a Linguística Aplicada procura pautar. O estudo da semântica em sala de aula tende a ser um pouco mais complexo, uma vez que, para este campo, a subjetividade também é foco de análise e observação, junto a aspectos lexicais e sintáticos.

Por essa razão, a ideia de investigar a pressuposição em manchetes de um determinado jornal em um período marcante, como a crise sanitária do novo coronavírus, por exemplo, compõe nossa proposta, cujos resultados são relatados neste trabalho. Sendo a pressuposição um recurso semântico e pragmático que se caracteriza por acionar um conhecimento prévio do usuário de uma língua (e essa informação é, muitas vezes, implícita), esta pesquisa visa a conciliar o formato reduzido do gênero manchete com as inúmeras possibilidades no que diz respeito à interpretação e classificação do pressuposto.

3. A Prova Brasil é um dos instrumentos que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que visam ao diagnóstico, em larga escala, que têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2020) [informação on-line].

4. “O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), tradução de Programme for International Student Assessment, é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Pisa oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países, vinculando dados sobre seus backgrounds e suas atitudes em relação à aprendizagem, e também aos principais fatores que moldam sua aprendizagem, dentro e fora da escola.” (BRASIL, 2020) [informação on-line].

O objetivo principal deste trabalho é, então, analisar como certos pressupostos se destacam em um corpus restrito de manchetes de jornal, com a finalidade de, a posteriori, discutir a importância do estudo da pressuposição na formação do leitor crítico. Com o aumento do uso da internet em nosso cotidiano, o jornal agora pode ser lido na tela do celular, e as manchetes, assim, ganharam maior destaque na conquista de novos leitores. Levar as pessoas, portanto, a entender como os pressupostos atuam na composição das manchetes é uma maneira de prevenir que caiam em certas “armadilhas”⁵ de captação de leitores.

Durante o período de 12 de março a 11 de abril de 2020, as manchetes principais da capa do jornal Folha de S. Paulo foram selecionadas e classificadas, de acordo com as propostas de Cançado (2012) e Levinson (2007), por meio das quais pudemos constatar quais são os desencadeadores de pressuposição mais marcantes nas manchetes de nosso corpus. A análise da pressuposição em manchetes revelou como a identificação de implícitos é importante em um texto.

Nas subseções a seguir, com o intuito de categorizar melhor o nosso corpus de investigação, apresentamos uma definição de gênero textual, com o propósito de defender que a categoria “manchete” se enquadra nessa classificação, além de destacar também nossa orientação teórica sobre o conceito de pressuposição. Em seguida, apresentamos nosso *corpus* e como ele foi gerado, o que já aponta nossa orientação metodológica neste trabalho. Por fim, apresentamos o relato de nosso procedimento analítico e seu desdobramento nas considerações finais.

2. O QUE CARACTERIZA UM GÊNERO TEXTUAL?

Existe uma infinidade de gêneros textuais frequentes em nosso dia a dia, muitos dos quais passam despercebidos, enquanto outros são passíveis de reconhecimento, mas nem sempre se tem a noção de que a comunicação verbal apenas é possível por meio de um gênero textual. Marcuschi define gêneros textuais como “textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas” (MARCUSCHI, 2008, p.155).

5. Embora não seja o foco deste trabalho, é importante registrar a existência de casos de manchetes conhecidas popularmente como “clickbait” ou “caça-cliques”. O uso de informações sensacionalistas ou mesmo o ocultamento de informações visando maior engajamento tem se tornado cada vez mais comum. Para mais informações a esse respeito, recomendamos a leitura de Zamith (2019, on-line).

Ao afirmar que gêneros textuais são modelos sociocomunicativos, Marcuschi toma como base a posição de que gênero e envolvimento social relacionam o uso da língua a “todas as atividades humanas” (BAKHTIN, 2003, p. 261). A partir daí sua percepção tem uma área inter-/multi-/transdisciplinar com atenção especial para o funcionamento da língua e para as atividades sociais. Essa atribuição social ao gênero é vista também como a necessidade de respeitar as delimitações do que pode vir a definir por exemplo o que é considerado ciência ou o que é descartado como tal (MARCUSCHI, 2008, p.162).

É necessário se atentar ao fato de que não podemos considerar o gênero como um modelo único, ou como uma estrutura textual rígida. Apesar disso, os gêneros têm identidade e tendem a nos conduzir a escolhas que não podem ser aleatórias, pois alguns pontos de vista precisam ser analisados na escolha do gênero textual adequado para cada uso, tanto do ponto de vista do léxico quanto do grau de formalidade ou, ainda, da consideração sobre a natureza dos temas (MARCUSCHI, 2008, p. 156).

É necessário também atentar-se ao fato de que gêneros textuais nem sempre serão o suficiente para categorizar o texto por ser uma estrutura aberta, já que podem depender da relação existente com outros fatores como o **suporte**, **domínio discursivo** ou **tipo textual**. A necessidade de interação verbal que a convivência em sociedade produz gera padronizações de interações discursivas:

[...] a maior parte de nossa atividade discursiva se processa como um ritual: em situações que se repetem para o conjunto da comunidade e para cada pessoa em particular, igualamo-nos nas necessidades comuns pelo uso das mesmas frases e pela construção de textos que realizam tarefas comunicativas ‘comuns’ (AZEREDO, 2012, p.84).

Sendo o gênero um fenômeno sociointerativo, surge uma necessidade de se comunicar através de modelos de textos que costumam se repetir a cada situação específica. O gênero textual serve como molde para o formato que o ato verbal tomará afim de conferir dinamicidade à convivência social. De acordo com Carolyn Miller (1984), os gêneros são as formas verbais de ação social estabilizadas e recorrentes em textos situados em comunidades de práticas, em domínios discursivos específicos. Sendo assim, os gêneros textuais são divididos, subcategorizados por domínios discursivos, como o jornalístico, o jurídico ou o religioso, entre tantos outros, de modo que se facilite a produção de sentidos em um texto, quando se usa um modelo pré-estabelecido. Além disso, o domínio discursivo é definido por Marcuschi (2008) como um conjunto de “práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhes são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder” (p.155). Os domínios discursivos abrigam determinados tópicos e os selecionam em categorias a fim de facilitar o reconhecimento, mas as estruturas são comuns e parecidas, de modo que

algumas mudanças podem ser percebidas de um gênero para outro, e ainda assim serem pertencentes ao mesmo domínio discursivo.

O suporte do gênero é uma discussão ainda em andamento, e muitos consideram o suporte como portador do gênero, entretanto essa definição ignora exemplos em que o suporte pode ser considerado o gênero em si, como é o caso do dicionário, que pode ser considerado suporte por alguns, quando na verdade também pode ser considerado um gênero. Maingueneau (2001, p. 71) afirma que “é necessário reservar um lugar importante para o modo de manifestação material dos discursos”, sendo essa uma das definições do que seria o suporte, uma vez que a forma como o gênero textual se manifesta materialmente no nosso cotidiano, apesar de muito importante, costumava ser ignorada. Para Maingueneau, então, “uma mudança importante do médium modifica o conjunto de gênero de discurso” (2001, p. 71-72).

Além dos fatores suporte e domínio discursivo, outro fator importante a se destacar sobre os gêneros textuais é o de tipo textual, com o qual se faz muita confusão, ainda hoje. Os tipos textuais são uma espécie de “esqueleto” para os gêneros sociais, pois é em torno deles que um gênero se estrutura. Certas estruturas linguístico-gramaticais, como excesso de adjetivos ou alta presença de interjeições, bem como conexão de ideias por meio de demasiado uso de orações subordinadas, ajudam a compor os tipos textuais. Desse modo, a partir de tal ou qual característica, um texto será predominantemente argumentativo ou majoritariamente narrativo e, nesse sentido, vai compor textos que se enquadram mais no estilo dinâmico de um determinado gênero textual ou outro. A partir dessa perspectiva, tipos textuais são mais rígidos e possuem características mais rígidas que permitem agrupar certas construções enunciativas nas seguintes subcategorias: narrativo, argumentativo, descritivo, injuntivo, dissertativo. Isso não quer dizer que um texto contenha apenas um desses tipos, mas, ao contrário, a predominância de um maior número de tipos em um texto auxilia na identificação de um gênero textual, tanto estruturalmente quanto tematicamente.

Saber identificar os gêneros textuais é importante para a análise de qualquer texto, mas, mais importante do que categorizar um gênero a partir dos conceitos de suporte, domínio discursivo e tipo textual ao qual esse gênero está associado nem sempre ajuda o usuário da língua a evitar cair em “armadilhas semânticas” que os textos às vezes oferecem. Além das descrições apresentadas por Bakhtin (2006, p.16), ao se referir à entonação expressiva e à modalidade apreciativa, sem as quais não haveria enunciação, o conteúdo ideológico e a relação com uma determinada situação social afetam a significação. Neste trabalho, desenvolvemos uma pesquisa sobre como a categoria semântica de “pressupostos” pode ajudar a produzir o sentido de uma manchete jornalística e, para tanto, é importante, então, que conheçamos quais são as características mais marcantes dessa construção enunciativa, que, para os fins desta pesquisa, estamos optando por considerar como sendo um gênero textual.

2.1 POR QUE MANCHETE PODE SER CONSIDERADA UM GÊNERO TEXTUAL?⁶

Embora tenhamos feito uma busca intensa na tentativa de encontrar alguma referência que tratasse a manchete como gênero textual, autores consagrados no campo dos estudos sobre gêneros textuais (entre os quais mencionamos DIJK, 1990; COSTA, 2018) não costumam tratar a manchete como gênero textual, mas se referem à notícia, esta sim, com características próprias de um gênero textual. Para esses autores, a manchete seria apenas *uma parte* da notícia. No entanto, a partir de uma releitura das características dos gêneros textuais (MARCUSCHI, 2008; AZEREDO, 2012, mencionados na seção anterior), somos cada vez mais convencidos que a manchete de jornal tem um caráter autônomo, plástico e dinâmico, mesmo que intimamente ligado à notícia que antecede, razão pela qual estamos, neste artigo, defendendo que a manchete poderia, com base nos autores mencionados, ser considerada um gênero textual em si.

Sabemos então que gêneros textuais podem ser classificados de acordo com seu domínio discursivo (religioso, político, acadêmico, entre outros). Defendemos neste trabalho que manchete é um gênero textual que pertence ao **domínio discursivo jornalístico** e tem como principal função atrair o público para leitura da notícia que lhe segue, e como consequência, proporcionar maior visualização do jornal.

De acordo com Sallorenzo (2018), esse gênero é caracterizado por ser uma síntese que antecede a notícia, e sua construção respeita critérios e fatores técnicos normativos prescritos. Segundo o Manual Geral da Folha de S. Paulo, a manchete:

deve ser tensa, rápida, sintética, nervosa, objetiva. Deve ser dramática sem perder a sobriedade. Sua forma correta é a que expressa uma ação em desenvolvimento. O uso do ponto e vírgula permite incluir mais de um fato na manchete. Devem-se evitar recursos, tais como o aposto e a perífrase, que retiram velocidade à leitura da manchete. A força da manchete decorre em parte da sua feição gráfica (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p. 58)

Partindo desse princípio, é possível imaginar que esses pequenos enunciados buscam destacar a parte mais “quente” da notícia para que se cumpra o propósito de atrair a atenção e, conseqüentemente, a leitura da matéria, notícia, reportagem, artigo de opinião ou qualquer outro subgênero que esteja precedido pela manchete. Sendo assim, mesmo que o leitor não faça

6. Como ainda não há consenso entre estudiosos da área, optamos por partir de uma pergunta visando a problematizar a classificação do elemento jornalístico manchete como gênero textual, e não fazer uma afirmação categórica.

a leitura completa do texto a seguir, a manchete deve trazer informação suficiente para disseminar a notícia. Somente por essa autonomia, já seria possível defender que a manchete se constituiria como gênero textual, no entanto, como ainda se pode argumentar que a manchete poderia acarretar ambiguidades ou até mesmo em erros de interpretação por parte do leitor, o que poderia resultar em grave alteração da informação a ser tornada pública, acrescentamos uma referência que apresenta outras funções para as manchetes:

As funções de manchetes e títulos são, pois: em primeiro lugar, atrair, o olhar do leitor, em segundo, permitir-lhe decidir o que quer ler, mas ao mesmo tempo estimulá-lo a ler o texto todo da notícia. Visualmente, eles ajudam a estruturar a página, tornando-a mais atraente. E por fim, manchetes e títulos contribuem para dar ao leitor crítico uma imagem da identidade do jornal ou de sua linha de informações (FARIA, 2001, p. 196).

A partir dessa caracterização das funções das manchetes, nossa defesa ganha ainda mais força, pois revelam que há funções específicas que só as manchetes desempenham. Somado ao fato de que são textos que podem compor um entendimento autonomamente, o motivo que faz uma manchete ser considerada um gênero textual reside também na capacidade de estruturar a página e guiar o olhar do leitor sobre o que foi apresentado como mais importante a ser lido em uma determinada edição de um jornal. Existem empresas que elaboram, em manuais, formatos específicos para construção de uma manchete que esteja alinhada à postura ética do veículo informativo. O Quadro 1 a seguir traz informações linguísticas e jornalísticas para produção de manchetes. Apresentamos, com base em Sallorenzo (2018), a distinção que se pode observar para a composição das manchetes em dois dos mais importantes jornais impressos do Brasil. Embora nosso foco de análise recaia apenas sobre as manchetes do Jornal Folha de S. Paulo, optamos por manter esse diagrama em que O Globo e Folha de S. Paulo figurem lado a lado, apenas para fins de comparação. Isso também serve para reforçar o argumento de que os gêneros textuais são plásticos e dinâmicos (MARCUSCHI, 2008), pois, apesar de serem caracterizados por fatores bem marcantes, ainda assim, eles podem variar de acordo com outros elementos sociais, como, por exemplo, é o caso das políticas editoriais de cada uma das empresas de comunicação às quais pertencem.

QUADRO 1
PRESCRIÇÕES DO JORNAL O GLOBO E FOLHA DE S. PAULO
PARA CONFEÇÃO DE MANCHETE

| INSTRUÇÃO | O GLOBO | FOLHA DE S. PAULO |
|---|--|--|
| Verbos | Verbos agentivos – dar preferência Não há menção a voz ativa ou passiva. Querer – evitar Poder – evitar Ver – nunca com sentido de encontrar ou examinar Tempo verbal: preferencialmente presente do indicativo, inclusive para indicar passado e futuro recentes. Usar passado e futuro apenas quando se referir a momentos muito distantes do presente. Não usar o modo imperativo. | Verbos agentivos Voz ativa Tempo verbal: preferencialmente presente do indicativo, inclusive para indicar passado e futuro recentes. Usar passado e futuro apenas quando se referir a momentos muito distantes do presente. |
| Títulos sem verbo | Em submatérias, gráficos e mapas | Em editoriais e textos opinativos |
| Classes/ palavras a serem evitadas ou proibidas | Artigos definidos ou indefinidos Já, nem, só, algum, vários, Muitos, poucos, bastante | Não menciona |
| Abreviaturas / Siglas | Usar nem uma nem outra | Usar abreviaturas / Evitar siglas |
| Metáforas propositais | Usar com moderação | Não menciona |
| Pontuação / Sinais gráficos | Evitar sinais gráficos | Não usar ponto, dois pontos, interrogação, exclamação, reticências, travessão, parênteses: evitar ponto e vírgula |
| Aspas | Para ganhar espaço em manchetes: ou declaração na primeira pessoa | Não menciona |
| Lugar Comum | Evitar | Não menciona |
| Regras gerais de redação de títulos | Clareza Precisão Especificidade Reproduzir o lead com palavras diferentes | Clareza Precisão Especificidade Reproduzir o lead com palavras diferentes |

FONTE: Sallorenzo, 2018.

De acordo com Sallorenzo (2018), podemos entender como são estruturadas as manchetes dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo e quais são os recursos considerados viáveis e inviáveis na construção de um texto que esteja de acordo com a identidade do jornal, razão pela qual é possível, então, entender que a manchete pode estar carregada de teor ideológico. Um jornal mais voltado para o público leitor com visões políticas de direita, por exemplo, haveria de ter um certo cuidado ao escrever uma manchete que envolvesse políticos com a mesma ideologia, mas sem deixar de cumprir seu principal objetivo, que é adiantar parte do texto que será lido na notícia e provocar a curiosidade no leitor.

Um outro ponto de defesa da manchete como gênero textual é o fato de que ela costuma ser produzida por um membro da equipe editorial do jornal (normalmente, o/a editor/a) que não é necessariamente o autor da notícia (o/a repórter), abrindo a possibilidade de produções com estilos composicionais distintos. Além disso, se um/a leitor/a, ao entrar em contato com a manchete, tomar a decisão de não ler a notícia, esse/a leitor/a terá entrado em contato apenas com o componente manchete, tendo feito apenas a leitura desse componente, e essa autonomia na possibilidade de produção de sentido sobre uma determinada informação também ajuda a compreender a manchete como gênero textual.

Do ponto de vista das características que destacamos anteriormente, já é possível, então, salientar que manchete é um gênero e do domínio jornalístico, ancorado no suporte jornal e, a partir do Quadro 1 apresentado anteriormente, estruturada majoritariamente por tipos textuais ora narrativos, ora argumentativos, podendo ser também descritivos. Essa diversidade tipológica, por sua vez, depende da editoria a que se refere (política, economia, cotidiano, cultura, entre outras) e do espectro ideológico ao qual se afilia (esquerda, direita; liberalismo, conservadorismo). Sendo assim, a manchete assume o papel de atrair (ou repelir) leitores para a notícia, mas as escolhas que seus editores fazem, para de fato realizar a “atração”, dependem também de elementos semânticos e pragmáticos, entre os quais o fenômeno da pressuposição se destaca.

3. A RELAÇÃO ENTRE PRESSUPOSIÇÃO E LEITURA CRÍTICA

Cançado (2012) traz em seu Manual de Semântica um capítulo para desenvolver as implicações da língua, dentro do qual encontramos o fenômeno da pressuposição. A autora apresenta, entre outras, a linha tradicional da abordagem referencial e enfoca as pressuposições lógicas ou semânticas, mas ressalta que as pressuposições também têm algumas características pragmáticas. Baseada em Ilari e Geraldi (1987), que estabelecem que pressuposições não fazem parte do conteúdo assertado, porque apresentam uma característica pragmática, a autora, ao mesmo tempo, salienta o processo pelo qual somos levados a compreender o conteúdo pressuposto, uma vez que existe uma estrutura linguística a qual nos oferece elementos que nos

permitem derivá-los. Portanto, é possível considerarmos a pressuposição como sendo uma relação semântico-pragmática definida pelo “conhecimento compartilhado por falante/ouvinte, prévio à sentença proferida, ainda que seja desencadeado a partir desta: envolve um tipo de conhecimento semântico, mas também exige um conhecimento pragmático” (CANÇADO, 2012, p. 33).

Ao citar o lógico e matemático Gottlob Frege (1982), a autora observou que existe um tipo de conteúdo em certas sentenças que não é afetado, quando essas sentenças são negadas, ou são colocadas em uma forma interrogativa, ou mesmo como uma condicional antecedendo outra sentença. A autora elabora o parâmetro para identificar pressupostos linguísticos e submete os enunciados às alegações feitas por Frege, reescrevendo-os em forma interrogativa, negativas ou condicionais e conseguindo identificar o conteúdo que não sofre alteração, a partir do qual teremos como resultado o pressuposto de determinados enunciados. Com esse recurso, além de identificar o pressuposto, Cançado destaca que esse parâmetro seria capaz de estabelecer uma classificação para os pressupostos. Além disso, essas expressões, itens lexicais, ou mesmo estruturas que são desencadeadoras de pressuposição não são necessárias para memorização, pois o simples ato de submeter o enunciado ao modelo estabelecido por Frege já seria suficiente para identificação do pressuposto.

Outro autor que também fez um arrazoado importante sobre o tema da pressuposição é Stephen Levinson (2007). Ele destaca que esse é um tema intimamente baseado na estrutura linguística efetiva das sentenças, mas que tais inferências não podem ser consideradas em sentido estrito, “porque são muito sensíveis a fatores contextuais” (p. 209). Nesse sentido, o autor elabora um inventário detalhado daquilo que ele chamou de “acionadores de pressuposição” (p. 226) e que também serviu de base para a análise que empreendemos neste trabalho.

De acordo com Cançado (2012), existem sete tipos de classificações para pressuposições. A primeira citada é a descrição definida, caso em que se toma como pressuposição a existência da expressão definida no texto. Em uma sentença como “O homem-aranha salvou a cidade”, o pressuposto seria a existência de um homem-aranha e, também, de uma cidade. Em um segundo grupo, a autora trata da pressuposição com verbos factivos, caso em que ela ressalta que os desencadeadores de pressuposição são os verbos factivos, que pressupõem a verdade de seu complemento sentencial, entretanto, o fato de os tomarem como verdade, não necessariamente garantem esse valor. exemplos utilizados pela autora comprova isso: “João sabe que cachorros voam”, cujo verbo factivo “saber”, apesar de pressupor seu complemento como verdade, não garante sua veracidade. Outra classificação é a com verbos de mudança de estado, os quais, também considerados desencadeadores lexicais, são responsáveis por pressupor um estado anterior ao enunciado (caso do clássico exemplo “João parou de fumar” que desencadeia o pressuposto de que “João, antes, fumava”). No quarto grupo de classificação, nos casos de orações subordinadas temporais (“Eu já dirigia automóvel, quando você aprendeu a andar de velocípede”) e comparativas (“Ele é bem mais

guloso que você”), há desencadeamento de pressupostos relacionados à cronologia da narrativa, no primeiro caso, e a dois elementos postos em comparação, como é o segundo caso. No primeiro exemplo, pressupõe-se que “você aprendeu a andar de velocípede”, enquanto no segundo “você é guloso”. Há também as pressuposições com orações clivadas, caso que se trata de uma oração dividida em duas partes, cujas orações pressupõem uma à outra (“Foi o seu comportamento que me aborreceu”). Por último, a autora cita as orações adjetivas não-restritivas que também são consideradas desencadeadores de pressuposição (“A funcionária, que foi assediada, não teve seu nome revelado”). Para os fins da nossa análise, é importante também considerar como essas categorias semânticas podem estar relacionadas com a formação do leitor, sobretudo o leitor crítico.

A importância de se identificar os pressupostos em um enunciado não se resume apenas à mera identificação. O corolário dessa prática é exatamente o que se chama de letramento crítico, uma vez que, como afirma Brian Street, “a aquisição de habilidades letradas não é uma necessidade prioritária no nível individual” (2014, p. 35). Em outras palavras, a percepção de que a compreensão de um determinado texto, tenha a extensão que tiver, não está a serviço de um modelo de letramento emancipatório, que transforma os leitores proficientes em pessoas autossuficientes para viverem suas vidas, mas a serviço de um letramento socioculturalmente relevante, em favor da defesa coletiva das identidades minoritárias contra identidades comumente impostas. Uma manchete de jornal, portanto, merece ser lida com um olhar aguçado para as possibilidades implícitas, a partir do que foi expresso, em nome da combinação de técnicas linguísticas específicas combinadas com a consciência política geral.

Sobre a formação do leitor, não se pode deixar de mencionar as pesquisas sobre leitura que são realizadas no Brasil desde as décadas de 1970 e 1980, especialmente aquelas desenvolvidas por Angela Kleiman (1989; 2008). Entre as principais contribuições da autora, cabe mencionar a mobilização de níveis de conhecimento para a realização de uma leitura considerada proficiente. Trata-se do conhecimento linguístico (referente ao conhecimento da língua e da estrutura linguística), do conhecimento textual (que se refere ao reconhecimento e domínio das características composicionais de um texto), além do conhecimento enciclopédico (que também é chamado de conhecimento de mundo, justamente por se referir àquele tipo de conhecimento já produzido em momentos da vida do leitor, anteriores ao contato com um determinado texto).

Segundo Pereira e Silva (2010):

Para a perspectiva interacionista, o tipo de leitor mencionado [o leitor proficiente] é, por exemplo, aquele que estabelece hipóteses de leitura a partir da observação de títulos ou figuras e age, posteriormente, para confirmá-las (ou não), ou ainda, aquele que após a leitura de um determinado texto é capaz de apresentar um esquema escrito com as principais ideias presentes no objeto lido (p. 242).

Para os autores, essas características que definem um leitor proficiente são importantes, mas não definem totalmente um leitor crítico, pois, ainda, além de mobilizar os três conhecimentos mencionados anteriormente, deve também desenvolver “a capacidade para lidar com diferentes ‘práticas discursivas letradas’ (KLEIMAN, 1995, p. 18)” (SILVEIRA; SILVA, 2010, p. 243).

Essa explicação dos autores deixa em evidência a principal distinção entre mobilizar conhecimentos (linguístico, textual e enciclopédico), marca que caracteriza o leitor proficiente, e produzir conhecimento a partir de leitura de um texto, que é o que acontece com um leitor crítico. Essa produção, portanto, depende de outros empreendimentos que vão além da língua, do texto e do conhecimento prévio, porque passam também pelo extravasamento desses componentes, que são muito importantes, é bom frisar, mas não são suficientes quando se faz necessário reconhecer os pressupostos de uma manchete, por exemplo. Há fatores ideológicos em jogo, ao mesmo tempo em que determinadas sentenças são produzidas exatamente para que o leitor não identifique explicitamente certas acusações veladas ou algumas afiliações que poderiam ser interpretadas como falta de isenção jornalística, por exemplo.

Nesse sentido, pode-se dizer que não é a leitura proficiente de um texto que vai auxiliar na identificação de pressupostos, mas, sim, uma leitura crítica. Para tanto, é importante que, no processo de formação do leitor, então, não esteja em pauta apenas a mobilização dos conhecimentos acima elencados, mas também a implementação de mecanismos de leitura ancorados no contexto sócio-histórico em que o leitor está inserido bem como as inter-relações possíveis dentro de todo o cenário social e político circunstancial que proporciona a vasta produção dos textos em circulação.

Na seção a seguir, passamos à análise dos dados, fazendo um breve relato de como foram gerados os dados e como foi estabelecido o corpus de análise. Na descrição do procedimento analítico, será possível identificar as razões pelas quais fizemos as devidas proposições teóricas nesta seção e na seção anterior.

4. ANÁLISE: UMA LEITURA (CRÍTICA) DAS MANCHETES

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) determinou que o mundo passava a enfrentar uma pandemia, por causa de uma doença até então pouco conhecida e nomeada como Covid-19, por ser provocada por um novo tipo de coronavírus. Este fato desencadeou uma série de notícias e reportagens em todos os veículos de imprensa do mundo e certamente dominaria as reuniões de pauta nas redações de todos os veículos de mídia nacionais e internacionais. Em razão disso, escolhemos recolher e analisar as manchetes principais da capa do jornal Folha de S. Paulo, nos trinta dias subsequentes a este anúncio da OMS, ou seja, nosso corpus se constitui das manchetes principais retiradas do referido jornal desde o período de 12 de março de 2020 até 11 de abril de 2020 (cf. quadro 2).

QUADRO 2

MANCHETES DA FOLHA DE S. PAULO, ENTRE 12/03/2020 e 11/04/2020

| | |
|-----------|--|
| 12/3/2020 | “OMS declara pandemia: em 15 dias, país pode ter 4.000 casos” |
| 13/3/2020 | “Brasil tem contágio 100% local; Bolsas veem pior dia em 33 anos” |
| 14/3/2020 | “Contra epidemia, Brasil tem de parar, dizem especialistas” |
| 15/3/2020 | “SUS nos estados não tem UTIs para enfrentar o coronavírus” |
| 16/3/2020 | “Bolsonaro ignora vírus e vai a ato contra Congresso e STF” |
| 17/3/2020 | “Contra vírus, governo prevê injetar R\$147 bi na economia” |
| 18/3/2020 | “São Paulo tem 1ª morte por vírus” |
| 19/3/2020 | “Governo vai permitir corte de salário e jornada pela metade” |
| 20/3/2020 | “Operação de guerra cancela cirurgias e foca casos graves” |
| 21/3/2020 | “Funcionários temem vírus no setor de serviços, que não para” |
| 22/3/2020 | “Maioria tem medo do vírus e aprova medidas duras” |
| 23/3/2020 | “Atuação de Bolsonaro na crise tem pior avaliação” |
| 24/3/2020 | “Bolsonaro recua após propor suspender trabalho e salário” |
| 25/3/2020 | “Bolsonaro critica fechamento de escolas e ataca imprensa” |
| 26/3/2020 | “Bolsonaro é ignorado por governadores e se isola mais” |
| 27/3/2020 | “Explode número de internações por problemas respiratórios, diz Fiocruz” |
| 28/3/2020 | “Pequenas e médias terão R\$ 40 bi para pagar salários” |
| 29/3/2020 | “Nas favelas, morador passa fome e começa a sair às ruas” |
| 30/3/2020 | “Bolsonaro ignora Mandetta e visita comércio de Brasília” |
| 31/3/2020 | “Em apoio a Mandetta, Moro e Guedes se opõem a Bolsonaro” |
| 1/4/2020 | “Bolsonaro muda o tom, fala em pacto e desafio de geração” |
| 2/04/2020 | “Estados e municípios relatam subnotificação de coronavírus” |
| 3/4/2020 | “Bolsonaro critica Mandetta e diz que ministro extrapolou” |
| 4/4/2020 | “Pasta de Mandetta tem 76% de aprovação; Bolsonaro, 33%” |
| 5/4/2020 | “Maioria é contra renúncia de Bolsonaro, aponta Datafolha” |
| 6/4/2020 | “Isolamento contra vírus tem apoio de 76%, diz Datafolha” |
| 7/4/2020 | “Após ameaça de Bolsonaro, Mandetta diz que continua” |
| 8/4/2020 | “Cresce expectativa de perda de renda com coronavírus” |
| 9/4/2020 | “Tolhido pelo STF, Bolsonaro reforça aposta na cloroquina” |
| 10/4/2020 | “Onda de confisco põe em risco segurança hospitalar” |
| 11/4/2020 | “País tem mais de mil mortos, e o mundo, mais de 100 mil” |

Fonte: os autores.

Esse recorte temporal foi feito também em vista do tempo de que disporíamos para realizar a análise do material, assim como também se trata de uma linha temporal suficiente para avaliarmos como determinadas manchetes “se comportam” em termos de acionamento de *pressupostos*. O intuito de classificar as manchetes na tentativa de comprovar a existência de *pressupostos* nos levaria a discutir, a partir dessa comprovação, o diálogo entre o texto e o leitor.

As manchetes do jornal Folha de São Paulo foram reunidas em dois grupos: o primeiro, em que não há acionadores de pressuposição (cf. quadro 3), e o segundo, que, então, contou com essas marcas semântico-pragmáticas (cf. quadro 4). No primeiro grupo, a característica comum é a de que a marca da pressuposição nas sentenças se dá pelo verbo “haver”:

QUADRO 3
MANCHETES SEM ACIONADORES DE PRESSUPOSIÇÃO

| | |
|---------------------|---|
| 12/3/2020 | “OMS declara pandemia: em 15 dias, país pode ter 4.000 casos” |
| <i>Pressuposto:</i> | Há pandemia. |
| 18/3/2020 | “São Paulo tem 1ª morte por vírus” |
| <i>Pressuposto:</i> | Há vírus em São Paulo. |
| 25/3/2020 | “Bolsonaro critica fechamento de escolas e ataca imprensa” |
| <i>Pressuposto:</i> | Há Bolsonaro e há fechamento de escolas e há imprensa. |
| 30/3/2020 | “Bolsonaro ignora Mandetta e visita comércio de Brasília” |
| <i>Pressuposto:</i> | Há Bolsonaro e há Mandetta e há comércio em Brasília. |
| 2/4/2020 | “Estados e municípios relatam subnotificação de coronavírus” |
| <i>Pressuposto:</i> | Há subnotificação de coronavírus nos estados e municípios. |

Fonte: os autores.

Conforme depreendemos de Cançado (2012), a falta de um acionador de pressuposição acarreta pressuposições de existência, em que o verbo *haver* demarca que o pressuposto está posto no texto. A leitura dessas manchetes (cf. quadro 3) aponta para uma percepção de que a informação apresentada estaria “desnuda”, ou seja, o que está expresso é o que deve ser compreendido, sem “nada por trás”.

Em uma perspectiva crítica, o que se pode afirmar é que as sentenças formadas por essas manchetes já são suficientemente explícitas, sem tornar necessária nenhuma abordagem no plano do que não deve ser dito, mas apenas pressuposto. No caso dessas manchetes, tudo precisa ser dito e tudo precisa estar o mais explícito possível.

Vejamos, por exemplo, a manchete “Bolsonaro ignora Mandetta e visita comércio de Brasília”. Nesta construção, é incontestável a proposta de leitura que o jornal promove no sentido de apresentar uma rivalidade premente

entre os dois personagens citados, um ocupando a função de presidente da República, e o outro, a de ministro da Saúde. O que chama atenção, portanto, é justamente essa rivalidade construída pela manchete, especialmente pelo verbo “ignora”, pois a evocação desses dois nomes faz perceber que um desses nomes está subjugado ao outro e que, mesmo em face dessa relação, um ignora as recomendações do outro. Em outras palavras: se já se sabe que os nomes para ocupar as funções de ministro de Estado são escolhidos pelo presidente da República e se uma pessoa, ao ocupar essa função em um ministério, tem a prerrogativa de determinar certas restrições, seria de se esperar que o presidente, por confiar em seu ministro, não o ignorasse. Nesse caso, portanto, o que se torna notícia, digna de ser amplificada em uma manchete é justamente esse ato de “ignorar”, explicitamente exposto.

No segundo grupo (cf. quadro 4), as manchetes foram subdivididas em cinco categorias conforme seus acionadores de pressuposição. Em alguns casos, é possível perceber a informação compartilhada com o leitor instantaneamente, como é o caso do acionador explicativo. Outros casos, como o do acionador temporal, podem conter informações anteriores ao que está sendo informado. O modo como os pressupostos aparecem pode caracterizar a orientação do autor ao elaborar a manchete. Como destacamos anteriormente, existe um formato específico para o gênero, e apesar da construção de pressuposições não seguir uma regra, é perceptível o quanto o pressuposto influi no sentido final do texto.

QUADRO 4
MANCHETES COM ACIONADORES DE PRESSUPOSIÇÃO

| ACIONADOR DE MUDANÇA DE ESTADO | |
|----------------------------------|--|
| 17/3/2020 | “Contra vírus, governo prevê injetar R\$147 bi na economia” |
| <i>Pressuposto:</i> | R\$147 bi na economia contra vírus dependem de injeção do governo. Antes não havia R\$147bi na economia. |
| ACIONADOR DE MUDANÇA DE ESTADO | |
| 19/3/2020 | “Governo vai permitir corte de salário e jornada pela metade” |
| <i>Pressuposto:</i> | Corte de salário e jornada pela metade dependem da permissão do governo. Antes não havia corte de salário nem jornada pela metade. |
| DESCRIÇÃO DEFINIDA: | |
| 15/3/2020 | “SUS nos estados não tem UTIs para enfrentar o coronavírus” |
| <i>Pressuposto:</i> | UTIs são (importantes/ necessárias) para enfrentar o coronavírus |
| DESCRIÇÃO DEFINIDA (comparação): | |
| 23/3/2020 | “Atuação de Bolsonaro na crise tem pior avaliação ” |
| <i>Pressuposto:</i> | Atuação de Bolsonaro na crise é avaliada. |
| ACIONADOR TEMPORAL: | |

| | |
|---|---|
| 24/3/2020 | “Bolsonaro recua após propor suspender trabalho e salário ” |
| <i>Pressuposto:</i> | Bolsonaro propôs suspender trabalho e salário. |
| ACIONADOR TEMPORAL: | |
| 07/4/2020 | “ Após ameaça de Bolsonaro , Mandetta diz que continua” |
| <i>Pressuposto:</i> | Bolsonaro ameaçou Mandetta. |
| ACIONADOR EXPLICATIVO (oração não restritiva): | |
| 21/3/2020 | “Funcionários temem vírus no setor de serviços, que não para ” |
| <i>Pressuposto:</i> | Setor de serviços não para (durante a pandemia) |
| ACIONADOR EXPLICATIVO (oração não restritiva reduzida de participação): | |
| 09/4/2020 | “ Tolhido pelo STF , Bolsonaro reforça aposta na cloroquina” |
| <i>Pressuposto:</i> | Bolsonaro foi tolhido pelo STF. |
| ACIONADOR EXPLICATIVO (aposto): | |
| 31/3/2020 | “ Em apoio a Mandetta , Moro e Guedes se opõem a Bolsonaro” |
| <i>Pressuposto:</i> | Moro e Guedes apoiam Mandetta |

Fonte: os autores

A primeira subdivisão apresentada tem como principal característica os verbos de mudança de estado. É possível observar esse acionador na seguinte manchete: “Contra vírus, governo prevê injetar R\$ 147 bi na economia”. O pressuposto observado se ampara na capacidade que a locução verbal tem de mudar o estado do sentido enunciado. A previsão do governo de injetar bilhões na economia altera as condições da contemporaneidade do texto, sendo então um pressuposto posterior ao enunciado. Essa manchete conta com dois pressupostos: o primeiro é de que R\$ 147 bi na economia contra o vírus dependem de injeção do governo, e o segundo que antes não havia R\$ 147 bi na economia.

A segunda classificação neste segundo grupo é a descrição definida. Na manchete a seguir, é possível observar: “SUS nos estados não tem UTIs para enfrentar o coronavírus”. Seguindo os procedimentos adotados por Cancado (2012), podemos chegar ao pressuposto de que UTIs são importantes (ou necessárias) para enfrentar o coronavírus. Nesse caso, o pressuposto é uma informação anterior ao que está posto na manchete. Assim se faz necessário que o leitor tenha conhecimento da importância das UTIs para o enfrentamento da doença provocada pelo coronavírus.

Outra classificação estabelecida é a de comparação, como é possível observar na seguinte manchete: “Atuação de Bolsonaro na crise tem pior avaliação”. Nessa manchete, o pressuposto está posto ao texto, ou seja, a informação implícita está presente ao mesmo tempo que a explícita. O pressuposto dessa manchete é que a atuação de Bolsonaro na crise é avaliada. O acionador aqui utilizado compara Bolsonaro com presidentes anteriores, bem como aponta o resultado de sua avaliação, comparada aos presidentes anteriores.

Posteriormente, na quarta classificação temos o acionador temporal como um acionador de pressuposição, como é possível indicar na manchete: “Após ameaça de Bolsonaro, Mandetta diz que continua”. Nesse caso, temos como pressuposto, que Bolsonaro ameaçou Mandetta. O acionador temporal relembra o pressuposto relacionado à ameaça, e em seguida, apresenta a nova informação. Aqui o explícito e o implícito estão também simultaneamente postos no texto.

Por último, destacamos o acionador explicativo. Foram percebidas relações diretas com orações não restritivas, como por exemplo em: “Funcionários temem vírus no setor de serviços, que não para”. Nesse caso é possível entender como pressuposto que existem setores de serviços que, mesmo durante a pandemia, não param. A informação pressuposta também está posta, todavia o leitor precisa ter conhecimento de que, em contrapartida, existem setores que pararam durante a pandemia, e só assim a manchete terá sentido.

No conjunto das pressuposições deste segundo grupo, o das que são desencadeadas por acionadores expressos, as manobras de produção de efeito de sentido parecem ser um pouco mais exigentes, uma vez que há informações que precisam ser deduzidas, pois não estão efetivamente presentes no texto. A distinção entre as exigências interpretativas das manchetes reunidas nos cinco grupos elencados acima pode ser observada principalmente pelo confronto entre as manchetes e seus respectivos pressupostos, como é o caso de “Atuação de Bolsonaro na crise tem pior avaliação”, cujo pressuposto poderia ser expresso como “atuação de Bolsonaro na crise é avaliada”. Com efeito, a revelação desse pressuposto ressalta uma interpretação muito intrínseca ao posto, diferentemente de “Governo vai permitir corte de salário e jornada pela metade”, que exige uma manobra interpretativa menos relacionada ao posto – e portanto, mais implícita – como é o que se revela em “corte de salário e jornada pela metade dependem da permissão do governo” e “antes não havia corte de salário nem de jornada pela metade”.

Apesar dessa avaliação, ainda assim, parece ser leviano avaliar se algum acionador tem efeito mais tendencioso que outro. Entretanto, é possível observar um indício de que algumas manchetes tenham mais abertura para ratificar certos posicionamentos de forma mais velada, como é o caso, em nosso corpus, das manchetes compostas por acionadores de pressuposição explicativos e acionadores de mudança de estado. Por exemplo, na manchete “Tolhido pelo STF, Bolsonaro reforça aposta na cloroquina”, o jornal se resguarda de não fazer nenhuma afirmação desabonadora sobre o elemento que ocupa a função semântica de agente na sentença, uma vez que tal afirmação (“Bolsonaro foi tolhido pelo STF”) não é a informação principal, mas, sim, secundária, apesar de apresentada inicialmente, como tópico frasal. O mesmo acontece com “Em apoio a Mandetta, Moro e Guedes se opõem a Bolsonaro”, pois a informação principal gira em torno do verbo “opor-se”, e não em torno de quem estaria sendo “apoiado” com essa oposição, muito embora esse apoio aconteça como tópico frasal.

Curiosamente, essas manobras interpretativas causadas por maior exigência com base na pressuposição acontecem em manchetes mais relacionadas à editoria de Política, enquanto as manchetes ligadas às editorias de Saúde ou Economia, por exemplo (“Brasil tem contágio 100% local; Bolsas veem pior dia em 33 anos”, manchete de 14 de março de 2020, cf. Quadro 2) parecem não recorrer a tais recursos da mesma forma. Apesar dessa percepção, também seria leviano estabelecer esse tipo de relação de maneira categórica, pois seria necessário um número maior de dados para um tratamento estatístico válido. De todo modo, definir que um determinado acionador de pressuposição tenha um caráter mais ou menos inferencial já é um resultado possível de se constatar a partir dos dados e das análises apresentadas neste artigo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brian Street, ao afirmar que “aprender o letramento não é simplesmente adquirir conteúdo, mas aprender um processo” (2014, p. 154), nos dá uma sinalização muito importante acerca da necessidade de sobreposição entre o desenvolvimento de métodos e técnicas de leitura ao mesmo tempo em que se promove uma socialização em perspectiva crítica. A ideia de estudar os pressupostos incorporados a um gênero do cotidiano, como a manchete, torna possível uma reflexão sobre o ensino tanto desse gênero quanto desse fenômeno semântico-pragmático. Ademais, o jornal tem sido por anos fonte de informação. Assim, entender os implícitos nesse gênero é uma questão que perpassa o ensino de semântica, e abrange a ideia de formação de um leitor capaz de entender como o texto dialoga com seus conhecimentos prévios. Além disso, essa consciência leva a um entendimento de que existem parâmetros preestabelecidos na construção de uma manchete, a qual sofre influência direta dos interesses do grupo de mídia responsável pelo veículo informativo.

O objetivo principal deste trabalho foi descrever e analisar como certos pressupostos se destacaram em algumas manchetes do Jornal Folha de S. Paulo, com a finalidade de observar como a compreensão da pressuposição pode auxiliar na formação do leitor crítico. Acreditamos que um esforço metodológico semelhante ao que realizamos neste trabalho poderia fazer com que estudantes compreendessem que as informações não são expressas de forma arbitrária, o que auxiliaria, assim, a produzir um confronto com o texto.

Em linhas gerais, pode-se observar como a pressuposição permite destacar ou omitir informações dependendo do contexto e de seus acionadores. Com um recorte de tempo e uma circunstância que atravessou (e ainda atravessa), por dias e meses, o cotidiano das pessoas (como tem sido o caso da pandemia de Covid-19), foi possível verificar nas manchetes que algumas ideias passam a ser consideradas de conhecimento comum pelo jornal. O amplo debate sobre o tema pode ter sido a explicação para isso.

Adicionalmente, depois de algum tempo confrontando a produção de sentido das manchetes, a partir de seus pressupostos, torna-se mais fácil

a capacidade de identificá-los. O desenvolvimento dessa competência se constitui em uma prática de leitura crítica, que abrange não só o explícito textual por completo, como também o implícito. Isto está, inclusive, previsto pela Base Nacional Comum Curricular, em uma das habilidades cujo código EF15LP02, por exemplo, significa:

Estabelecer expectativas em relação ao texto que vai ler (pressuposições antecipadoras dos sentidos, da forma e da função social do texto), apoiando-se em seus conhecimentos prévios sobre as condições de produção e recepção desse texto, o gênero, o suporte e o universo temático, bem como sobre saliências textuais, recursos gráficos, imagens, dados da própria obra (índice, prefácio etc.), confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura de textos, checando a adequação das hipóteses realizadas (BRASIL, 2018, referência on-line).

O entendimento de como atuam os pressupostos na produção de sentidos e de como identificá-los no texto é essencial para que um estudante possa aprimorar-se como um leitor crítico (“confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura de textos”). É notável, pois, o enfoque maior sobre a localização de informações explícitas em detrimento da localização de informações pressupostas. No entanto, torna-se relevante mencionar que “é possível afirmar que nem todo leitor proficiente é um leitor crítico” (SILVEIRA; SILVA, 2010, p. 242). Essa afirmação estaria, portanto, relacionada à compreensão de que apenas capacitar estudantes para entender como funcionam esses recursos semânticos e pragmáticos não é suficiente, quando o esforço necessário é a formação do leitor crítico. Ao contrário, um letramento socioculturalmente relevante implica na realização desses exercícios de identificação ocorrendo em paralelo com o despertar para uma consciência política relacionada aos temas abordados.

Sendo a manchete um gênero textual que tem ganhado maior alcance, graças à informatização dos recursos sociais, buscar informação nos dias de hoje não parece ser mais uma questão de acesso (ou falta dele). Diante de tão diversas fontes (*on-line* e/ou físicas), os meios de comunicação precisam se esforçar ainda mais para conquistar o leitor. Sendo assim, a manchete é o principal recurso para cumprir esse papel de captação. Entender as ferramentas utilizadas pelos veículos é fundamental para compreender os interesses e as orientações de quem elabora essas manchetes, necessitando que o leitor esteja ciente de que existem pessoas por trás dos textos, e que os diversos matizes ideológicos, sociais e políticos podem ser expressos através das escolhas de palavras. Nesse sentido, a contribuição deste trabalho reside em ampliar a percepção acerca de um posicionar-se criticamente diante de um texto, levando em conta seus contextos e ferramentas de produção, não apenas por ser um requisito estabelecido pela BNCC, mas também por se tratar de um requisito importante para o aprimoramento da capacidade leitora de nossos estudantes.

Por fim, a abertura de oportunidades para o desenvolvimento da leitura proficiente e crítica, tal como apresentado na seção de análise de dados, pode ser uma experiência fundamental para o ensino de leitura. Assim, auxiliar estudantes a se tornarem leitores críticos pode fazer com que entendam o que grandes veículos midiáticos fazem implicitamente em seus textos. Dessa forma, entender que não há ingenuidade na escolha dos termos que compõem uma manchete pode inclusive definir as escolhas de quais veículos merecem ser lidos, em detrimento de outros, assim como pode também ajudar a formular conceitos e opiniões acerca de certas posições políticas e ideológicas que compõem o amplo espectro de possibilidades para além da polarização débil e rasa, que costuma ser tão difundida por alguns meios de comunicação.

PRESUPPOSITION IN NEWSPAPER HEADLINES AND CRITICAL READING IN FOCUS

ABSTRACT: In this article we discuss the use of presupposition in a range of a newspaper of great national circulation's headlines and we consider the importance of studying this phenomenon for the formation of a critical reader. In this sense, based in a referential approach for semantic studies (cf. CANÇADO, 2012), we present a classification of presupposition triggers in the main headlines on the front page of the Folha de S. Paulo newspaper referring to the first 30 days of the COVID-19 pandemic, in order to expand the possibilities of critical positioning before a text (cf. KLEIMAN, 1989; 1995; 2008; STREET, 2014), considering their contexts and production tools, as it is an important requirement for the improvement of literacy practices in school context. The results show that the different ways of activating the presupposition can influence the formation of a reader capable of understanding how the text dialogues with his previous knowledge

KEYWORDS: Presupposition. Critical reading. Folha de S. Paulo.

REFERÊNCIAS:

AZEREDO, José C. **Linguagem, Discurso e Texto**. In: AZEREDO, José C. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 3. Ed. São Paulo: Publifolha, 2012.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. **Prova Brasil**. Apresentação. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/prova-brasil>. Acesso em: 23 dez. 2020.

BRASIL. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em 23 dez. 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. In: BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. v. 1, cap. 3, p. 261-170.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. In: BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 12ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

CANÇADO, Márcia. Implicações. In: CANÇADO, Márcia. **Manual de Semântica: Noções básicas e exercícios**. São Paulo: Contexto, pp. 37-45, 2012.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de Gêneros Textuais**. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2018.

DIJK, Teun van. **La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información**. Barcelona: Paidós. 1990.

FOLHA DE S. PAULO. Manual Geral de Redação. São Paulo, 1984.

FREGE, Gottlob. (1892) **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix – EDUSP, 1978.

FARIA, Maria Alice. **Manchetes e títulos no jornalismo impresso brasileiro: o dito e não-dito**. In: AZEVEDO, José Carlos de (org.) Letras e comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa. Petrópolis Vozes, 2001. P. 196-212

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

KLEIMAN, Angela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

KLEIMAN, Angela. Modelos de letramento e a prática de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela. (Org.) **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.

KLEIMAN, Angela. Modelos teóricos: fundamentos para o exame da relação teoria e prática na área de leitura. In: KLEIMAN, Angela. **Leitura: ensino e pesquisa**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008. p. 21-33.

LEVINSON, Stephen C. A pressuposição. In: LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, pp. 209-286, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais no ensino da língua. In: MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 2008, p. 146-224.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MILLER, Carolyn R. Gênero como ação social. Tradução de Judith C. Hoffnagel. In: MILLER, Carolyn R. Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia. Recife: Ed. da UFPE, 2009 (1984).

PEREIRA, B.A.; SILVA, W.M. A formação do leitor crítico numa abordagem interdisciplinar. Signum: Estud. Ling., Londrina, n. 13, p. 239-256, 2010.

SALLORENZO, Letícia. Gramática e Manipulação: Análise Cognitivo - Funcional de Manchetes de Jornais Durante o Segundo Turno das Eleições Presidenciais de 2014. Brasília, 2018.

STREET, Brian. Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014 [1995].

VISCARDI, Janaisa. Boulos, “confrontado”. Já o Filipe Sabará (...). In: Jana Viscardi, Notícias Incríveis. Roteiro: Jana Viscardi. Gravação de Jana Viscardi. [S. l.: s. n.], 23 out. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xL2V8_DvpDI&t=501s&ab_channel=JanaViscardi. Acesso em: 3 dez. 2020.

ZAMITH, F. O clickbait no ciberjornalismo português e brasileiro: o caso português. 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/130312>. Acesso em: 23 dez. 2020.